

Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

TJ-MA

Comum a Todas as Especialidades de Técnico Judiciário

Apoio Técnico Administrativo

Técnico em Informática - Hardware

Técnico em Contabilidade

Técnico em Edificações

Técnico em Informática - Software

AG024-19

Todos os direitos autorais desta obra são protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/12/1998.
Proibida a reprodução, total ou parcialmente, sem autorização prévia expressa por escrito da editora e do autor. Se você conhece algum caso de "pirataria" de nossos materiais, denuncie pelo sac@novaconcursos.com.br.

OBRA

Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão - TJ-MA

Comum a Todas as Especialidades de Técnico Judiciário

Edital de Abertura de Inscrições

AUTORES

Língua Portuguesa - Profª Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco
Raciocínio Lógico-Matemático - Profº Bruno Chieregatti e João de Sá Brasil
Noções de Informática (Exceto para os Cargos de Técnico Judiciário – Hardware e Técnico Judiciário – Software).- Profº Ovidio Lopes da Cruz Netto
História e Geografia do Estado do Maranhão - Profº Heitor Ferreira
Organização Judiciária Estadual - Profº Ricardo Razaboni

PRODUÇÃO EDITORIAL/REVISÃO

Elaine Cristina
Érica Duarte

DIAGRAMAÇÃO

Thais Regis
Renato Vilela

CAPA

Joel Ferreira dos Santos



www.novaconcursos.com.br

sac@novaconcursos.com.br

APRESENTAÇÃO

PARABÉNS! ESTE É O PASSAPORTE PARA SUA APROVAÇÃO.

A Nova Concursos tem um único propósito: mudar a vida das pessoas.

Vamos ajudar você a alcançar o tão desejado cargo público.

Nossos livros são elaborados por professores que atuam na área de Concursos Públicos. Assim a matéria é organizada de forma que otimize o tempo do candidato. Afinal corremos contra o tempo, por isso a preparação é muito importante.

Aproveitando, convidamos você para conhecer nossa linha de produtos "Cursos online", conteúdos preparatórios e por edital, ministrados pelos melhores professores do mercado.

Estar à frente é nosso objetivo, sempre.

Contamos com índice de aprovação de 87%*.

O que nos motiva é a busca da excelência. Aumentar este índice é nossa meta.

Acesse **www.novaconcursos.com.br** e conheça todos os nossos produtos.

Oferecemos uma solução completa com foco na sua aprovação, como: apostilas, livros, cursos online, questões comentadas e treinamentos com simulados online.

Desejamos-lhe muito sucesso nesta nova etapa da sua vida!

Obrigado e bons estudos!

*Índice de aprovação baseado em ferramentas internas de medição.

CURSO ONLINE



PASSO 1

Acesse:

www.novaconcursos.com.br/passaporte



PASSO 2

Digite o código do produto no campo indicado no site.

O código encontra-se no verso da capa da apostila.

*Utilize sempre os 8 primeiros dígitos.

Ex: JN001-19



PASSO 3

Pronto!

Você já pode acessar os conteúdos online.

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação de texto.....	01
Funções da linguagem.....	13
Ortografia e acentuação.....	19
Articulação do texto: coesão e coerência.....	24
Classes de palavras.....	25
Sintaxe. Termos da oração. Processos de coordenação e subordinação. Tempos, modos e vozes verbais. Flexão nominal e verbal.....	63
Concordância nominal e verbal.....	73
Regência nominal e verbal.....	79
Ocorrência da Crase.....	85
Pontuação.....	87

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Números inteiros e racionais: operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação); expressões numéricas; múltiplos e divisores de números naturais; problemas. Frações e operações com frações.....	01
Números e grandezas proporcionais: razões e proporções; divisão em partes proporcionais; regra de três; porcentagem e problemas.....	21
Sistemas de medidas: medidas de tempo; sistema decimal de medidas; sistema monetário brasileiro.....	32
Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações.....	41
Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos.....	41
Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas.....	41

NOÇÕES DE INFORMÁTICA (EXCETO PARA OS CARGOS DE TÉCNICO JUDICIÁRIO – HARDWARE E TÉCNICO JUDICIÁRIO – SOFTWARE).

Noções de sistema operacional (ambientes Linux e Windows 7 e 10), organização e gerenciamento de arquivos, pastas e programas, compactação de arquivos, BIOS e SETUP.....	01
Edição de textos, planilhas e apresentações (ambientes Microsoft Office 2010, 2013 e LibreOffice 5, 6).....	15
Noções de webmail e correio eletrônico (Microsoft Outlook 2010 e 2013). Redes de computadores: tipos de redes, dispositivos básicos de redes, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e Intranet, conexão padrão (HTTP) e conexão segura (HTTPS). Navegadores web (Microsoft Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome).....	105
Noções de proteção e segurança da informação, tipos de malware, técnicas e recursos para proteção de informações e sistemas computacionais.....	120

SUMÁRIO

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO ESTADO DO MARANHÃO

História do Maranhão:

França equinocial: expedição de Daniel de La Touche.....	01
Fundação de São Luís.....	01
Batalha de Guaxenduba.....	02
A invasão holandesa.....	04
A expulsão dos holandeses.....	04
O Estado do Maranhão e Grão-Pará: a Revolta de Bequimão. Causas.....	05
Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará.....	06
Os objetivos da Revolta.....	06
Período do Império: adesão do Maranhão.....	06
A Independência do Brasil. Causas da não adesão: a Batalha do Jenipapo.....	08
A Balaiada: caracterização e causas do movimento.....	09
Período Republicano: adesão do Maranhão à República.....	10
A Revolução de 1930 no Maranhão.....	10
O Vitorinismo e a Greve de 1951.....	11
Os principais fatos políticos, econômicos e sociais ocorridos no Maranhão na segunda metade do século XX....	12

Geografia do Maranhão:

Localização do Estado do Maranhão: superfície; limites; linhas de fronteira; pontos extremos;.....	16
Áreas de Proteção Ambiental (APA).....	16
Parques nacionais.....	16
Climas do Maranhão: pluviosidade e temperatura.....	17
Geomorfologia.....	18
Geologia e recursos minerais no Maranhão.....	18
Classificação do relevo maranhense: planaltos, planícies e baixadas.....	19
Características dos rios maranhenses: bacias dos rios limítrofes: bacia do Parnaíba, do Gurupi e do Tocantins-Araguaia. Bacias dos rios genuinamente maranhenses.....	19
Principais formações vegetais: floresta, cerrado e cocais.....	20
Geografia da População: população absoluta; povoamento; urbanização; densidade demográfica; movimentos populacionais.....	20
A agricultura maranhense: caracterização e principais produtos agrícolas; caracterização da pecuária. Extrativismo: vegetal, animal e mineral.....	21
Parque industrial: indústrias de base e indústrias de transformação. Setor terciário: comércio, telecomunicações, transportes. Malha viária. Portos e aeroportos.....	21
A cultura maranhense.....	24

SUMÁRIO

ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA ESTADUAL

Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Maranhão (Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991 e suas alterações).....	01
Estatuto do Servidor Público Estadual (Lei nº 6.107, de 27 de julho de 1994).....	17
Custas Judiciais e emolumentos extrajudiciais (Lei nº 6.584, de 15 de janeiro de 1996). Tabelas de custas judiciais e emolumentos extrajudiciais (Lei nº 6.760, de 06 de dezembro de 1996).....	29
Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão.....	30
Da Justiça Estadual. Da Divisão Judiciária do Maranhão. Comarcas, termos e zonas judiciárias. Entrâncias e instâncias. Dos Órgão do Poder Judiciário do Maranhão. Do Tribuna de Justiça. Da Corregedoria Geral da Justiça. Dos Juízes de Direito: ingresso na carreira, juízes substitutos, juízes auxiliares, juízes titulares. Do Tribunal do Júri e da Justiça Militar Estadual. Dos juizados especiais e da Justiça de Paz. Dos magistrados: posse, exercício, antiguidade, direitos e garantias, subsídios, licença e férias, deveres e sanções. Dos serviços judiciais e dos servidores do Poder Judiciário: serviços auxiliares da Justiça e dos servidores do Poder Judiciário. Da secretaria do Tribunal de Justiça, da secretaria da Corregedoria Geral da Justiça, das secretarias judiciais e das secretarias de diretorias de fórum: nomeação, atribuições, substituições. Dos oficiais de justiça. Dos serventuários e dos funcionários: nomeação, posse, compromisso, exercício, direitos e garantias, férias, licenças, disponibilidade e aposentadoria, deveres e sanções. Do processo administrativo disciplinar.....	34
Plano de Cargos, Carreiras e vencimentos dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão (Leis nº 8.032, de 10 de dezembro de 2003, nº 8.597, de 04 de maio de 2007; nº 8.715, de 19 de novembro de 2007; e nº 8.727, de 7 de dezembro de 2007). Dos serviços extrajudiciais: notários e registradores, auxiliares, concurso de remoção e de ingresso. Da fiscalização do Poder Judiciário.....	34

ÍNDICE

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO ESTADO DO MARANHÃO

História do Maranhão:

França equinocial: expedição de Daniel de La Touche.....	01
Fundação de São Luís.....	01
Batalha de Guaxenduba.....	02
A invasão holandesa.....	04
A expulsão dos holandeses.....	04
O Estado do Maranhão e Grão-Pará: a Revolta de Bequimão. Causas.....	05
Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará.....	06
Os objetivos da Revolta.....	06
Período do Império: adesão do Maranhão.....	06
A Independência do Brasil. Causas da não adesão: a Batalha do Jenipapo.....	08
A Balaiada: caracterização e causas do movimento.....	09
Período Republicano: adesão do Maranhão à República.....	10
A Revolução de 1930 no Maranhão.....	10
O Vitorinismo e a Greve de 1951.....	11
Os principais fatos políticos, econômicos e sociais ocorridos no Maranhão na segunda metade do século XX.....	12

Geografia do Maranhão:

Localização do Estado do Maranhão: superfície; limites; linhas de fronteira; pontos extremos;.....	16
Áreas de Proteção Ambiental (APA).....	16
Parques nacionais.....	16
Climas do Maranhão: pluviosidade e temperatura.....	17
Geomorfologia.....	18
Geologia e recursos minerais no Maranhão.....	18
Classificação do relevo maranhense: planaltos, planícies e baixadas.....	19
Características dos rios maranhenses: bacias dos rios limítrofes: bacia do Parnaíba, do Gurupi e do Tocantins-Araguaia. Bacias dos rios genuinamente maranhenses.....	19
Principais formações vegetais: floresta, cerrado e cocais.....	20
Geografia da População: população absoluta; povoamento; urbanização; densidade demográfica; movimentos populacionais.....	20
A agricultura maranhense: caracterização e principais produtos agrícolas; caracterização da pecuária. Extrativismo: vegetal, animal e mineral.....	21
Parque industrial: indústrias de base e indústrias de transformação. Setor terciário: comércio, telecomunicações, transportes. Malha viária. Portos e aeroportos.....	21
A cultura maranhense.....	24

HISTÓRIA DO MARANHÃO: FRANÇA EQUINOCIAL: EXPEDIÇÃO DE DANIEL DE LA TOUCHE

Quando analisamos o processo histórico do Estado do Maranhão, é preciso compreender que existem muitas particularidades históricas na construção do estado. Desde modo, a chamada França Equinocial (1612-1615) se caracterizou pela tentativa de instauração de uma colônia francesa na parte norte dos territórios portugueses na América.

Sendo assim, neste período fundaram o forte de São Luís, o qual originou São Luís, capital do Maranhão. Esta foi a segunda tentativa francesa de estabelecer uma colonização em território luso. A primeira delas foi a França Antártica (1555-155) que ocorreu na Baía da Guanabara, no Rio de Janeiro. Os principais objetivos dos franceses eram fortalecer as relações comerciais com os indígenas e conquistar territórios no Novo Mundo.

Seguindo essa perspectiva, no contexto em que os franceses se apossam daquela região, esta não passava de uma possessão registrada nos mapas luso-espanhóis e fundamentado no Tratado de Tordesilhas, de 1494. A maioria das Capitânicas Hereditárias, que foram estabelecidas a partir de 1534 haviam fracassado pouco tempo depois de seus estabelecimentos.

Ademais, o Governo Geral, instaurado nos idos de 1549 não dava conta da administração daquelas regiões. O norte era tido como verdadeiro sertão (lugar longínquo), onde diferentes nações europeias e indígenas empreendiam trocas comerciais em larga escala.

Deste modo, entre fins do século XVI e início do século XVII, holandeses, franceses e ingleses estabeleceram feitorias e dali trocavam manufaturas trazidas da Europa (machados, facões, contas, tesouras, espelhos, etc.) com produtos naturais extraídos da floresta (pau-brasil, papagaios, saguis, peixes, frutos, sementes, oleaginosas, peles e penas de animais) e até cultivados pelos indígenas (algodão, tabaco, urucum, dentre outros).

Com isso, a região que compreende atualmente os estados do Amapá, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte era tida como grande problema para a administração portuguesa, na época, com capital em Salvador (Bahia). Somava-se a estas questões, o enfraquecimento político de Portugal como resultado de sua anexação ao trono espanhol no contexto da União Ibérica, que ocorreu entre 1580-1640.

Desta forma, dadas as dificuldades de acesso luso e facilidade de comércio com os indígenas, os franceses empreenderam o estabelecimento colonial e a posse dos territórios indígenas no Maranhão. Com o patrocínio da Coroa Francesa, Daniel de La Touche e Charles des Vaux fundaram a França Equinocial.

Assim, as trocas voluntárias que já se processavam a mais de um século com os nativos, foi substituída pelo domínio da terra e da mão de obra indígena pelos franceses. Um índio principal dos Tupinambás chamado de Momboréuaçu chegou à conclusão de que, semelhante aos portugueses, os franceses estavam começando a se fixar na terra, desprezando os costumes de seu povo

e ainda por cima querendo-lhes escravizar. Os resultados desse empreendimento arriscado foi o despontar de grandes conflitos de caráter local com os grupos indígenas que não aceitavam tais medidas.

Com isso, em 1615, uma expedição luso-espanhola alcançou São Luís e empreendeu o processo de reconquista dos territórios. Liderados por Jerônimo de Albuquerque e Alexandre de Moura, os portugueses expulsaram os franceses e tomaram o Forte de São Luís. Aliados aos Tupinambás, empreenderam o processo de efetivação de territórios a oeste e fundaram, em 1616, o Forte do Presépio que deu origem à cidade de Belém, capital do Pará.

A partir disso, criaram o Estado do Maranhão, com administração independente do Estado do Brasil e estabeleceram uma relação direta com a metrópole que teve fim apenas com o processo de Independência do Brasil em 1822. Assim, a tentativa francesa de estabelecer aquela colônia concorreu para a criação do Estado do Maranhão, uma outra colônia portuguesa na América, com administração e características próprias que a diferenciaram, inclusive em termos históricos, da outra colônia portuguesa chamada Estado do Brasil.



#FicaDica

Denomina-se França Equinocial aos esforços franceses de colonização da América do Sul, em torno da linha do Equador, que antigamente era denominada de linha Equinocial, no século XVII. O mais significativo legado desse empreendimento colonial é a cidade de São Luís, atual capital do Estado brasileiro do Maranhão, originalmente uma feitoria francesa.

FUNDAÇÃO DE SÃO LUÍS

São Luís, foi fundada no local de uma aldeia indígena, deste modo, guarda até hoje um pouco da história do Brasil em seus enormes casarões que refletem o sonho francês de estabelecer uma "França" nos trópicos, a "França Equinocial".

Sendo assim, em 1535, quando da divisão do Brasil em capitânicas hereditárias, a região de São Luís foi dada pela Coroa a João de Barros, tesoureiro. Na época ele fundou a cidade de Nazaré, que os historiadores estimam ser no mesmo local da atual São Luís. Porém, o local era habitado pelos índios tubinambás da aldeia Upaon-Açu que deram um pouco de dor de cabeça aos invasores.

Deste modo, os cerca de 400 índios resistiram à ocupação portuguesa e Nazaré acabou sendo abandonada. Outro fator que levou ao abandono de Nazaré foi a dificuldade de acesso. Logo adiante, em 1612, o francês Daniel La Touche, que era conhecido como Senhor de La Ravardiére, comandou uma missão para fundar a "França Equinocial" na região. E desta vez deu certo. Os índios acabaram se aliando aos franceses e, inclusive, ajudando-os a resistir às primeiras tentativas portuguesa de retomar o local.

Contudo, em 1615 os portugueses conseguem expulsar os franceses acabando com o sonho da França Tropical, quando Alexandre de Moura recolocou a região sob domínio português. Mas os franceses deixaram mais do que lembranças: o nome de São Luís, dado em homenagem ao rei francês Luís XIII, foi mantido pelos portugueses.

Ademais, em 1620 dos açorianos chegaram a São Luís e levaram consigo as técnicas para cultivo da cana-de-açúcar e da confecção da aguardente que, até a chegada dos holandeses comandados por Maurício de Nassau, em 1641, seria as únicas atividades da região. Mas, em 1644 os holandeses são expulsos e a Coroa resolve criar o Estado do Maranhão e Grão-Pará com o intuito de coibir as invasões ao local.

Com isso, em 1682 a criação da Companhia de Comércio do Estado do Maranhão, e as plantações de cana-de-açúcar, cacau e tabaco para exportação alavancam a economia da região. Porém, vários conflitos internos quanto aos impostos e aos modelos de produção levam à Revolta de Beckman. Um conflito de elites que foi o primeiro movimento de insurreição a acontecer na colônia.

Outrossim, com a Guerra da Secessão nos EUA, os maranhenses vêm ali uma forma de aumentar suas exportações de algodão para a Inglaterra propiciando a criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará gerando grande desenvolvimento da cidade e dos seus portos.

Portanto, ainda no século XVII, são realizadas obras de canalização na cidade e a construção de fontes. São Luís cresce como nunca e chega a ocupar o lugar de terceira cidade mais populosa do Brasil atrás apenas de Rio de Janeiro e Salvador.



FIQUE ATENTO!

A capital maranhense, lembrada hoje pelo enorme casario de arquitetura portuguesa, no início abrigava apenas ocas de madeira e palha e uma paisagem quase intocada. Aqui, ficava a aldeia de Upaon-Açu, onde os índios tupinambás viviam da agricultura de subsistência (pequenas plantações de mandioca e batata-doce) e das ofertas da natureza, caçando, pescando e coletando frutas. Ademais, nos arredores da atual cidade de São Luís, habitava a etnia indígena dos tupiguaras.

BATALHA DE GUAXENDUBA

Em 1555, os franceses tentaram estabelecer uma colônia no Rio de Janeiro, a França Antártica, que foi extinta em 1560. Em 1612 no Maranhão, com o apoio dos indígenas locais, os franceses novamente tentam estabelecer uma colônia no território pertencente a Portugal: em 8 de setembro, foi fundada a povoação de Saint Louis e iniciada a construção do Forte de São Luís do Maranhão acima de um morro em frente ao mar onde hoje existe o Palácio dos Leões.

Deste modo, ciente da presença dos franceses ao norte da capitania do Maranhão, Gaspar de Souza envia tropas de Pernambuco. Em 23 de agosto de 1614, Dio-

go Campos parte do Recife com 300 homens e, no Rio Grande do Norte, se junta a Jerônimo de Albuquerque, que leva consigo um grande contingente de indígenas. A expedição portuguesa com 500 homens liderados pelo capitão-mor Jerônimo de Albuquerque acampa na barra do rio Perejá (Periá) com a intenção de buscar um local para edificar uma fortificação, enfrentando falta de alimentos e de água de qualidade.

Com isso, um grupo de 14 exploradores portugueses descobre um local adequado para a construção de um forte, e a expedição novamente zarpa em 2 de outubro de 1614. Em 26 de outubro, chegam a uma área chamada de Guaxindubá pelos indígenas, na margem direita da Baía de São José, entre muitas ilhas e canais estreitos. Ali, na praia de Guaxenduba, sob a orientação do engenheiro Francisco Frias de Mesquita é construída uma fortificação de forma hexagonal à qual é dado o nome de Forte de Santa Maria, a cerca de 20 km da atual sede do município de Icatu, diante das posições francesas no Forte de São José de Itapari, instalados em São José de Ribamar.

Deste modo, uma vez estabelecidos, os portugueses passam a trabalhar na construção e vigilância do forte e no reconhecimento da região. Num primeiro contato com os portugueses, alguns indígenas da Ilha diziam que a mesma estava cheia de franceses, outros, que eles haviam ido embora.

Com isso, em 30 de outubro, um grupo de indígenas da ilha matara quatro índias e um índio que acompanhavam os portugueses, fazendo-os desconfiar dos nativos e acreditar que haviam sido enviados pelos franceses para reconhecer seus navios. Nos dias do final de outubro, os portugueses no forte de Santa Maria e na ilha de Santana observam o movimento de navios franceses na Baía de São José e o desembarque de peças de artilharia.

Início do enfrentamento francês

Em 10 de novembro de 1614, o sargento-mor do Estado, Diogo de Campos, após se desentender com Jerônimo de Albuquerque, envia um grupo de marinheiros para defender as embarcações que estavam ancoradas ou encalhadas no estuário, pedindo que ficassem vigilantes. Na madrugada de 11 de novembro, os franceses, guiados por Monsieur de Pisieu, Monsieur du Prat e François Rasily, se aproximam dos navios silenciosamente.

Deste modo, quando percebem o ataque, os marinheiros tocam as trombetas e alertam os soldados do forte, que disparam a artilharia sem cessar, entretanto, não gerando nenhum efeito nos franceses. Os marinheiros abandonam e deixam livres as embarcações, das quais três são capturadas pelos franceses: uma caravela, um patacho Abaeté de guerra e um barco que estavam mais afastados da terra.

Confronto

Foi na manhã de 19 de novembro de 1614, os soldados portugueses notaram que, ao lado do forte de Santa Maria, o mar estava repleto de embarcações a vela e à remo se aproximando da costa. Para atacá-los no desembarque, Diogo de Campos dirigiu-se à praia com 80 soldados portugueses, mas, percebendo que o número de

inimigos era muito maior, retrocedeu. Logo, havia centenas de combatentes na praia. Os franceses dispunham de 200 soldados, muitos dos quais eram fidalgos, em duas tropas, levando coletes de aço, espadas e mosquetes de grande qualidade. Contavam com 50 canoas e 2500 índios, incluindo 2 mil índios de Tapuitapera (atualmente Alcântara) e 100 índios de Cumã (atual Guimarães). Daniel de la Touche, comandante dos franceses, estava no mar com mais 200 soldados liderados pelo cavaleiro François Rasilly. Foi iniciada uma longa troca de tiros e nesse primeiro encontro, foram mortos um soldado português e dois franceses.

Uso das trincheiras

Deste modo, diante do forte de Santa Maria havia um outeiro a uma distância igual a um tiro de falcão, limitado a norte pelo mar e ao sul pelo rio do qual os portugueses retiraram a água. Os franceses desembarcaram pelo mar. Sob o comando de Monsieur de La Fos-Benart, cerca de 400 tupinambás que lutavam pelo lado francês receberam a ordem de fortificar o máximo que pudessem seu topo: construíram, ao todo, 7 trincheiras com pedras grandes, fortificando todo o espaço entre a maré e o topo do outeiro, de modo que as canoas que chegavam ficavam parcialmente ocultas.

Com isso, por um caminho secreto, Jerônimo de Albuquerque subiu o morro com 75 soldados e 80 arqueiros, enquanto Diogo de Campos atacava os franceses e índigenas que desembarcavam. Em terra, saltou de uma canoa com um trombeta (mensageiro), que levava o brasão de armas reais da França e uma carta em francês escrita por Daniel de La Touche, a qual dizia que os portugueses deviam se render em 4 horas ou seriam massacrados.

Desta forma, Diogo de Campos percebeu que a carta era uma tentativa dos franceses de ganhar tempo e obter informações sobre o estado das tropas portuguesas. A esta altura, o grupo de soldados e arqueiros que acompanhava Jerônimo de Albuquerque já havia chegado à primeira trincheira. Os índios que a defendiam com os franceses eram uma grande multidão, e neles, os portugueses não perdiam um tiro.

Então, Daniel de La Touche, Senhor de la Ravardière, observava do mar que o exército francês sofria pesadas baixas: em menos de uma hora, a área ao redor do forte de Santa Maria estava repleta de mortos franceses e indígenas. Ravardière mandou para próximo da praia os navios mais velozes para prevenir maiores danos à sua tropa, mas, sob o bombardeio da artilharia portuguesa, foi forçado a desistir. Havendo os portugueses dominado o outeiro fortificado, Diogo de Campos ordena que eles ateiem fogo a todas as canoas, que estavam abicadas na base do morro.

Desistência da França

Com todas as canoas em chamas, os franceses restantes em terra não tiveram como fugir e tudo o que puderam fazer foi se recolher na fortificação no topo do outeiro. Entre eles estavam Monsieur de la Fos Benart e Monsieur de Canonville. Ao final da batalha, próximo ao outeiro, muitos dos soldados portugueses se punham à

frente dos mosquetes dos inimigos, que ainda resistiam. Turcou, que era o intérprete dos franceses na comunicação com os índios, foi baleado pelos portugueses, e com ele, Monsieur de la Fos Benart, líder dos indígenas que lutavam com os franceses. Sem orientação, os índios restantes, mais de 600, começaram a fugir, descendo o outeiro e a eles se misturaram os soldados franceses, que não possuíam mais pólvora para atirar.

Trégua e expulsão dos franceses

Após a Batalha de Guaxenduba, as tropas francesas restantes no Maranhão estavam recolhidas no Forte de Saint Louis. Para ganhar tempo, Ravardière propôs uma trégua aos portugueses e sua proposta foi aceita, ficando estipulado que um oficial português e um francês fossem à França e um oficial português e um francês fossem a Portugal, para procurar nas cortes desses países uma solução para o conflito.

Sendo assim, com o cessar-fogo anunciado, portugueses, franceses e nativos permaneceram em paz. Em outubro de 1615, chega ao Maranhão o capitão-mor de Pernambuco, Alexandre de Moura, trazendo um reforço de tropas e mantimentos. Por ser de patente superior, assumiu o comando geral das tropas portuguesas. Sob seu comando, os portugueses violaram o tratado feito com os franceses e intimaram Daniel de la Touche a abandonar o Maranhão em 5 meses, comprometendo-se a indenizá-lo.

Assim, como garantia de sua palavra, Ravardière entrega o Forte de Itapari, ademais, três meses depois, chegaram da Europa Diogo de Campos e Martim Soares, trazendo mais tropas portuguesas e ordens terminantes da corte para os franceses abandonarem definitivamente o Brasil. Com isso, em primeiro de novembro de 1615, Alexandre de Moura ordenou que o Forte de São Luís fosse cercado e desembarcou suas tropas na ponta de São Francisco.

Deste modo, o forte foi atacado e, após 2 dias de combates, La Ravardière se rendeu. Em vez de indenizar os franceses, como fora combinado, os portugueses os embarcaram de volta para a França em dois navios, apenas com o que lhes era indispensável. Alguns franceses ficaram no Maranhão, como Charles Des Vaux, que ajudava na comunicação com os nativos, os que permaneceram eram em sua maioria ferreiros.

Portanto, em janeiro de 1616, Daniel de La Touche foi levado à força para Pernambuco, onde recebeu uma indenização e perdão do governador-geral, para evitar que se juntasse a outros corsários franceses e os liderasse novamente. Em 1619, ao exigir o aumento da pensão estipulada pela Coroa portuguesa, foi preso em Lisboa, permanecendo encarcerado por três anos na Torre de Belém.

**#FicaDica**

A Batalha de Guaxenduba foi um confronto militar ocorrido em 19 de novembro de 1614 próximo de onde hoje se localiza a cidade de Icatu, no estado do Maranhão, no Brasil, entre forças portuguesas e tabajaras, de um lado, e franceses e tupinambás, de outro. A batalha foi um importante passo dado pelos portugueses para a expulsão definitiva dos franceses do Maranhão, a qual viria a ocorrer em 4 de novembro de 1615. A expulsão dos franceses possibilitou que grande parte da Amazônia passasse para domínio português e, posteriormente, brasileiro.

as terras que havia conquistado e formar nestas uma colônia holandesa no Brasil. Neste período, o príncipe holandês dominou enorme parte do território nordestino.

**#FicaDica**

Após algum tempo, ocorreram muitas revoltas devido aos altos impostos cobrados pelos holandeses. Após muitos conflitos, o governador Maurício de Nassau deixou seu cargo. Este fato facilitou a ação dos portugueses, que tiveram a chance de reagir em batalhas como a do Monte das Tabocas e a de Guararapes.

A INVASÃO HOLANDESA

Após domínio da Espanha em Portugal, a Holanda, em busca de açúcar, resolveu enviar suas expedições para invadirem o Nordeste do Brasil, no período colonial. Sua primeira expedição ocorreu em 1621, na Bahia, contudo, esta não foi bem-sucedida, pois, em pouco tempo, os colonos portugueses a mandaram para fora do Brasil.

Deste modo, a Invasão holandesa é o nome normalmente dado ao projeto de ocupação do nordeste brasileiro pelos Países Baixos durante o século XVII. Na verdade, tendo sido tentado pelos Países Baixos, o nome correto deveria ser "Invasão neerlandesa".

Sendo assim, o conflito iniciou-se no contexto da chamada Dinastia Filipina (União Ibérica, no Brasil), período compreendido entre 1580 e 1640, quando Portugal e suas colônias estiveram inscritos entre os domínios da Coroa da Espanha.

Assim, à época, os Países Baixos lutavam pela sua emancipação do domínio espanhol, vindo a ser proclamada, em 1581, a República das Províncias Unidas, com sede em Amsterdã, separando-se da Espanha.

Desta forma, uma das medidas adotadas por Filipe II de Espanha em represália, foi a proibição do comércio espanhol (e português) com os seus portos, o que afetava diretamente o comércio do açúcar do Brasil, onde os neerlandeses eram tradicionais investidores na agro-manufatura açucareira e onde possuíam pesadas inversões de capital.

Diante dessa restrição, os neerlandeses voltaram-se para o comércio no oceano Índico, vindo a constituir a Companhia das Índias Orientais (1602), que passava a ter o monopólio do comércio oriental, o que garantia a lucratividade da empresa.

Portanto, o êxito dessa experiência levou os neerlandeses à fundação da Companhia das Índias Ocidentais (1621), a quem os Estados Gerais (seu órgão político supremo) concederam o monopólio do tráfico e do comércio de escravos, por 24 anos, na América e na África. O maior objetivo da nova Companhia, entretanto, era retomar o comércio do açúcar produzido no Nordeste do Brasil.

Outrossim, em 1630 houve uma segunda expedição e está, ao contrário da primeira, ocorreu em Pernambuco foi melhor sucedida. Durante seu domínio, a Holanda enviou seu príncipe, Maurício de Nassau para governar

A EXPULSÃO DOS HOLANDESES

Chegando no ano de 1640, a presença dos holandeses em território brasileiro esteve ameaçada pelo fim da União Ibérica. Nessa época, o envolvimento dos espanhóis em diversas guerras na Europa ameaçava seriamente a hegemonia do espaço colonial formado pelos portugueses. Afinal de contas, o fomento de tantas rivalidades poderia resultar na invasão de outras nações aos domínios, que um dia foram controladas diretamente pela Coroa Portuguesa.

Com isso, membros da nobreza lusitana mobilizaram-se em um conflito denominado Restauração. Nessa guerra, os portugueses deram fim à União Ibérica e empossaram o duque de Bragança, agora dom João IV, como o novo rei de Portugal. Nesse momento, a necessidade de se recuperar do desgaste econômico gerado pela dominação espanhola colocava como urgente a recuperação do território colonial brasileiro, então dominado pela Holanda.

Deste modo, ao mesmo tempo em que tal mudança acontecia, a relação entre os holandeses e os colonizadores brasileiros também apontava para novos rumos. Se anteriormente, a presença dos holandeses se colocava como oportunidade no desenvolvimento da economia açucareira, agora, os senhores de engenhos se mostravam claramente insatisfeitos com a exigência holandesa em pagar os empréstimos contraídos e ampliar a produção das lavouras imediatamente.

Assim, nesse clima de forte tensão, eclode em 1645, a chamada Insurreição Pernambucana. Tal conflito marcou a mobilização dos grandes proprietários de terra em favor da expulsão dos holandeses do Nordeste brasileiro. Nos anos de 1648 e 1649, a vitória nas batalhas ocorridas no Monte dos Guararapes determinou um grande avanço da população local contra os holandeses. Tempos mais tarde, a chegada de reforços militares portugueses acelerou ainda mais o processo de expulsão.

Portanto, no mesmo tempo em que as armas eram utilizadas, devemos também salientar que Portugal negociava diplomaticamente a saída definitiva dos holandeses do Brasil. Segundo o trabalho recente de especialistas no assunto, Portugal teria pago à Holanda uma